



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Segundo notícias recentes, o vice-primeiro ministro de Singapura, Tharman Shanmugaratnam, invocou num discurso público um relatório de inquérito sobre os recursos humanos em Taiwan. Segundo este, o salário médio dos residentes de Taiwan reduziu em consequência das políticas de importação de mão de obra qualificada implementadas pelo Governo, e ainda devido à situação de emigração. Segundo o referido governante, se Singapura impuser restrições à importação de quadros qualificados, tal como acontece em Taiwan, as suas vantagens concorrenciais a nível mundial vão perder-se.

Nenhuma região deve ignorar as questões que têm implicações com os recursos humanos, uma vez que são estes a base do desenvolvimento. Podemos constatar que as leis desactualizadas e as limitações impostas pelo Governo são as causas principais da falta de trabalhadores qualificados em Taiwan. E como o salário médio dos residentes também é baixo, o Governo local impõe muitas limitações legais à importação de quadros qualificados, no sentido de não prejudicar as oportunidades de emprego dos residentes, e assim sendo, é difícil atrair pessoal para trabalhar em Taiwan. Ao mesmo tempo, como a respectiva legislação também proíbe que os empresários contratem trabalhadores no estrangeiro, estes não conseguem arranjar localmente os trabalhadores de que de facto necessitam, os residentes, por outro lado, não conseguem arranjar bons empregos e, conseqüentemente, a falta de pessoal qualificado nas empresas acaba por diminuir a capacidade



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

concorrencial daquelas. O “*Council For Economic Planning And Development*” de Taiwan também reconhece que esta política é proteccionista e vai dar origem a uma situação de “falta de pessoal qualificado”, e como tanto o Ministério da Economia de Taiwan como o *Council For Economic Planning And Development*” estão sempre a exigir a flexibilização desta política, não vai ser definida qualquer limitação salarial. No entanto, o “*Council of Labor Affairs*” continua a insistir na manutenção da actual política, em nome da protecção das oportunidades de emprego dos residentes.

Segundo alguns peritos e académicos, nenhum território pode ignorar as questões que têm implicações com os talentos, pois estes são a base do desenvolvimento. E atendendo ao rápido desenvolvimento económico registado, Macau não é excepção. Segundo a teoria, “após as décadas de 70 e 80 do século XX, face ao desenvolvimento da economia baseada no conhecimento, são cada vez mais as empresas que reconhecem como são preciosos os talentos, pois os recursos de que sentem falta já não são a electricidade e as fábricas, já não é o capital e as máquinas, mas sim os talentos, os conhecimentos, as competências técnicas e as capacidades para gerir pessoas.”.

Segundo um estudo de investigação realizado recentemente por uma associação cívica, “face à questão de os estudantes da China formados pelas instituições de ensino superior de Macau poderem permanecer e trabalhar em Macau, os sentimentos dos estudantes de Macau são contraditórios. Mais de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

80% dos inquiridos entendem que, se aqueles universitários permanecerem e trabalharem em Macau, os jovens locais vão ter mais dificuldades para arranjar emprego, 58% dos inquiridos entendem que isso pode resultar em redução dos salários em Macau; apenas 33% dos inquiridos não concorda com a permanência e emprego daqueles universitários em Macau, e 83% dos inquiridos reconhece que, se for autorizada a permanência daqueles universitários em Macau para cá trabalharem, a capacidade concorrencial de Macau vai aumentar.”.

Na verdade, tendo em conta o desenvolvimento social, as actuais políticas de recursos humanos enfrentam um dilema. Por um lado, o desenvolvimento social exige muita mão de obra, mas a actual situação relativa à respectiva quantidade, qualidade e crescimento não consegue satisfazer as necessidades do desenvolvimento social; por outro lado, se falta mão de obra e as políticas de recursos humanos não são rapidamente actualizadas, não é possível aumentar a qualidade dos recursos humanos de Macau, já para não falar do desenvolvimento sustentável da nossa cidade. E se recorrermos à importação de grande quantidade de trabalhadores, certamente surgirão muitos problemas sociais. Como é que se pode chegar a uma situação de equilíbrio entre empregadores e trabalhadores? Trata-se de um enorme problema para o desenvolvimento sustentável da nossa economia.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Segundo peritos e académicos, e tendo em conta os resultados de uma pesquisa efectuada por uma associação, são mais as vantagens do que desvantagens para o desenvolvimento económico e sustentável da economia se os estudantes da China ficarem a trabalhar em Macau depois de concluírem os seus estudos, desde que a fiscalização seja aperfeiçoada. O Governo concorda com isto?

2. Segundo alguns residentes, atendendo ao desenvolvimento de Macau, as actuais políticas de recursos humanos enfrentam um dilema. Se a opção for não aumentar a importação de trabalhadores, o Governo dispõe de políticas e medidas para satisfazer as necessidades do desenvolvimento económico e sustentável de Macau no que respeita à quantidade e qualidade de mão-de-obra?

3. Segundo alguns residentes, o desenvolvimento social exige, certamente, muita mão de obra. O Governo procedeu a alguma avaliação sobre as eventuais influências para o desenvolvimento social e económico de Macau se permitir que os estudantes da China aqui fiquem a trabalhar, depois de concluídos os seus estudos? Pode divulgar esses resultados?

01 de Junho de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Mak Soi Kun